



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 18 de outubro de 2016

Edição 2383 | Páginas: 08

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB.
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUMÁRIO

Atos Legislativos

Ata da 253ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

Atos Administrativos

Superintendência Administrativa - Resoluções 08

Diretoria de Gestão de Pessoas - Resoluções 08

ATOS LEGISLATIVOS
ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2537ª SESSÃO, EM 20 DE SETEMBRO DE 2016.
52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia vinte de setembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima trigésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 87, de 13/09/16, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 036/16, que “Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose”.

Mensagem Governamental nº 89, de 16/09/16, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 034/16, que “Dispõe sobre a isenção da taxa de estacionamento a usuários que comprovem compras efetuadas no valor correspondente a, pelo menos, dez (10) vezes o valor da taxa de estacionamento em shoppings centers no Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 90, de 16/09/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Transposição, em favor do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, no valor global de R\$ 293.933,66 (duzentos e noventa e três mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos).

Mensagem Governamental nº 91, de 16/09/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura, no valor global de R\$ 1.686.254,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).

Mensagem Governamental nº 92, de 16/09/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, em favor da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor global de R\$ 22.372.065,50 (vinte e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Ofício nº 1831, de 14/09/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando juntada a cópia do Relatório de Excesso de Arrecadação ao Projeto de Lei nº 096, de 15 de agosto de 2016.

Ofício nº 1832, de 14/09/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando juntada a cópia do Relatório de Excesso de Arrecadação ao Projeto de Lei nº 095, de 15 de agosto de 16.

Ofício nº 1833, de 14/09/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando juntada a cópia do superávit, apurado em balanço patrimonial, ao Projeto de Lei nº 100/16, de 22 de agosto de 2016.

Ofício nº 1837, de 15/09/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando a substituição da Mensagem Governamental nº 84 de 08 de Setembro de 2016.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 15/09/16, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para revitalização e reativação

do Parque Aquático, localizado na Rua Gervásio Barbosa do Monte nº 562-634, Bairro Asa Branca, Município de Boa Vista.

Indicação s/nº, de 15/09/16, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, pedindo urgência em solucionar os problemas dos buracos na Rodovia RR 205, que liga a capital Boa Vista ao Município de Alto Alegre.

Indicação s/nº, de 15/09/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação das Viciniais 02 a 12 no município de Iracema/RR.

Indicação s/nº, de 15/09/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual José Vieira de Sales Guerra, localizada no município de Caracarái/RR.

Memorando nº 028, de 15/09/16, do Deputado Brito Bezerra, solicitando a inclusão das Proposições de abertura de créditos suplementares, na pauta da Ordem do Dia, dos Projeto de Lei nº 057/16 à SEED e à SESAU; Projeto de Lei nº 083/16 ao IACTI; Projeto de Lei nº 086/16 ao FUNDEPRO; Projeto de Lei nº 095/16 à CODESAIMA; Projeto de Lei nº 096/16 ao Corpo de Bombeiro Militar; Projeto de Lei nº 097/16 à Secretaria Estadual de Comunicação Social; Projeto de Lei nº 100/16 à SEGAD; Projeto de Lei nº 102/16 à SEJUC; Projeto de Lei nº 103/16 à FEIT; Projeto de Lei nº 104/16 à CERR.

Memorando nº 029, de 15/09/16, do Deputado Brito Bezerra, solicitando a inclusão na pauta da Ordem do Dia das Proposições: Projeto de Lei nº 077/15; do Projeto de Lei nº 82/15; do Projeto de Lei nº 83/15; do Projeto de Lei nº 03/16; do Projeto de Lei nº 07/16; do Projeto de Lei nº 08/16; do Projeto de Lei nº 030/16; do Projeto de Lei nº 050/16; do Projeto de Lei nº 73/16; do Projeto de Lei nº 87/16; do do Projeto de Lei nº 89/16; do Projeto de Lei Complementar nº 013/15, e do Projeto de Lei Complementar nº 05/16.

DIVERSOS:

Ofício nº 04566, de 13/09/16, da Secretaria de Estado da Educação e Desporto-SEED, em resposta ao OF/DA/CPL/SL/PRES/ nº 059/16 de 30/08/16, informa que o fornecimento de alimentação escolar nas Escolas Estaduais Professor Vidal da Penha Pereira (Caroebe) e Padre Calleri (Caracarái) está regularizado, conforme cópias anexas.

Ofício Circular nº 015, de 14/09/16, da Secretaria de Estado da Educação e Desporto - SEED, solicitando a indicação de membros para compor a Comissão Estadual de Apoio à Rede de Assistência Técnica do MEC, para atuar no Processo de Adequação e Gestão do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Estado de Roraima.

Comunicado nº AL124719, de 10/03/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Marajó, no valor de R\$ 5.640,00.

Comunicado nº AL116338 de 29/08/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado de Educação e Desporto, no valor de R\$99.630,00.

Comunicado nº AL116339 de 29/08/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Otilia S. Pinto, no valor de R\$4.350,00.

Comunicado nº AL116340 de 29/08/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Carlos Casadio, no valor de R\$9.530,00.

Comunicado nº AL116341 de 29/08/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Lauro Melquior, no valor de R\$ 2.490,00.

Comunicado nº AL116342 de 29/08/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Cantinho do Céu, no valor de R\$ 2.480,00.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Logo cedo, quem leu o jornal Folha de Boa de Vista viu na sua principal manchete, que o estado não vai pagar as empresas nem o salário de agosto. Há alguns dias, eu fiz um trabalho, Deputado Joaquim, para que, na Assembleia, e Vossa Excelência com certeza fará uma boa discussão. Fazemos uma reflexão sobre a questão pela qual passa o Estado de Roraima. A situação financeira me parece realmente grave, só piora. Nós dependemos de 80% das transferências constitucionais de FPE, que só caem. Hoje, quem teve oportunidade de assistir ao Bom Dia Brasil, viu que no mês de julho tinha dado uma melhoria na receita, surgiu uma esperança. O mês de agosto foi absolutamente frustrante e não se tem perspectiva de quando vai começar a retomar o crescimento. Ouvi ontem uma entrevista com o Ministro Meireles, o qual disse que, talvez o Brasil só alcance algum superávit em 2019. Até 2019 o Estado Brasileiro vai continuar tendo déficit. Isso é uma projeção que ele faz.

Eu fiz um estudo, peguei as LOAS de cada estado da federação brasileira, com o orçamento de cada um dos Poderes, e pude observar algo que considero interessante para que a gente realmente reflita. Por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que está consumindo 1.8% do seu orçamento. Só tem uma unidade da federação que tem um valor maior, que é o Estado do Mato Grosso. O Tribunal de Contas do Mato Grosso consome 2,11% do orçamento daquele estado. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima consome 6.26% do nosso orçamento. Maior do que ele, nós temos seis unidades na federação: Rondônia, temos 10,9%; 8,52% do Rio Grande do Norte; 8,26% do Mato Grosso; 6,95% do Espírito Santo e Sergipe 6,2%. Os demais, consomem bem menos. O Ministério Público do Estado de Roraima está a consumir o nosso orçamento no montante 2,46%. Depois dele, nós temos o Estado do Mato Grosso com 2,74%; Amapá 2,79%, o Espírito Santo 2,36%; Rio Grande do Norte: 2,85% e Santa Catarina com 2,48%. Para que vocês possam observar, vamos para a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima que consome 6,05% do orçamento do Estado. Não temos nenhuma Assembleia no Brasil maior de 6,05%. A segunda maior é a do Piauí com 3,34%, a terceira maior: Rio Grande do Norte com 3,10%. A outra maior é Amapá, que é nosso irmão siamês com 3,10%. A média nacional de todos os orçamentos das Assembleias Brasileiras somam 2,14% dos seus orçamentos. Roraima está bem acima disso. Temos um valor aqui que é bem interessante. Eu fui analisar o montante do nosso ICMS e do FPE, porque tem aqui no artigo 18 da LDO, que estabelece que o orçamento para cobrir as despesas dos poderes viria da fonte 101 do FPE. Então, eu separei o que é FPE e separei o que é fonte 101 do FPE. O Estado de Roraima arrecada hoje cinquenta e cinco milhões de ICMS, por mês. Ele, de cara, manda 25% para os municípios, fica com 75%. Dos 75%, ele tira 20% do FUNDEB, 5% do MDE, 12% do Fundo Estadual de Saúde e 1% do PASEP, totalizando 38%. De cada cem reais arrecadado de ICMS, o estado fica com quarenta e seis reais, ponto cinco, fica com menos da metade do que é arrecadado. Se arrecadamos cinquenta e cinco milhões de reais, 46.5% de cinquenta e cinco milhões de reais, vai dar vinte e cinco milhões de reais. Nós precisamos de dois meses de ICMS, que é a nossa segunda maior fonte, para pagarmos um mês aos Poderes. Quando chegamos na fonte 101 do FPE sabemos que precisamos mandar 25% para a educação, 12% para o Fundo Estadual de Saúde e 1% para o PASEP. Precisamos descontar 38%, ficam apenas 62%. Esses 62% são os que estão disponíveis para os Poderes, e não pertencem só ao Executivo, mas pertencem também ao Legislativo, ao Judiciário e ao Ministério Público de Contas. E quando somarmos tudo isso, os 40% do nosso FPE são consumidos pelos Poderes. Estou colocando esse assunto aqui para que façamos uma reflexão. Há poucos dias, conversando ao mesmo tempo com um juiz e com uma promotora, eu disse para os dois que se continuar essa situação, daqui a alguns dias eles também não receberão seus salários. E o caminho que estamos seguindo é exatamente esse. Muitos Poderes também vão ficar sem salários. O lençol está muito curto para cobrir todas as despesas. Estou aqui com um resumo da Secretaria do Tesouro Nacional. Aquilo que estava projetado, estimado para o FPE de 2016, o Estado de Roraima vai ter uma queda de 212 milhões de reais. Não sou eu quem está dizendo, é a Secretaria do Tesouro Nacional. Aquilo que estava previsto, o estado vai arrecadar menos 212 milhões de reais em função dessa queda da receita. O ICMS tem melhorado, tem crescido, o imposto de renda tem crescido, mas esses não representam, sequer, 20%

do nosso orçamento global. Estou trazendo esse debate e espero que no orçamento realmente se faça uma boa discussão sobre isso. O Deputado Joaquim é uma pessoa especializada nessa área, com certeza, fará parte dessa discussão para que possamos enxergar novos horizontes. Eu fico pensando também que os próprios Poderes têm que funcionar bem, têm que dar resultado. Não tenho a menor dúvida sobre isso. Cada um tem que cumprir seu papel constitucional, e para fazer esse trabalho precisam de recursos para pagá-los. Ontem eu ouvi do Ministro da Fazenda que todos querem se aposentar, é um direito se aposentarem e o estado brasileiro tem que poder pagá-los. A aposentadoria virá, e o estado brasileiro tem que ter condições de pagá-la.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Deputado, só uma correção em relação ao FPE. Quando Vossa Excelência colocou os 25% é do ICMS, o FPE é integral para o estado porque os municípios recebem o FPM. Eu concordo com Vossa Excelência, o quadro nacional é gravíssimo, mas o estado também precisa fazer seus ajustes. Não é admissível que o estado gaste em torno de 300 mil reais por mês de aluguel. Se Vossa Excelência analisar, só no IPER o aluguel supera 25 mil reais. É um palácio sem nenhuma necessidade. Poderia aprovar um projeto para que se recupere um desses prédios públicos abandonados e doá-los para o IPER para que ele faça uma reforma. Seria uma economia. Roraima é o único estado da região norte que tem duas universidades estaduais, o que não se justifica, porque pode juntar a UNIVIR com a UERR; uma Secretaria de Justiça e Cidadania para atender três presídios com mais de quatrocentos cargos comissionados; uma Secretaria de Articulação Municipal; Secretarias Extraordinárias, uma só para tratar aqui da fronteira com a Venezuela, estando a Venezuela nessa situação; dois milhões e duzentos mil só a folha de pagamento da CODESAIMA. Quando eu sai da CODESAIMA, a folha estava em torno de quinhentos mil reais. Tem que se dar um outro rumo para a CODESAIMA na área do agronegócio, que o estado começa a crescer. Eu sou favorável aos ajustes, têm que sentar à mesa todos os Poderes. O estado deve abrir o orçamento e mostrar a realidade. Agora, é fundamental para que os outros façam seus ajustes, que o dono do caixa comece a fazer o seu também. Parabens Vossa Excelência pelo seu discurso extremamente técnico e importante para o momento em que vamos discutir o orçamento do estado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua - Obrigado, Deputado. Eu quero dizer, de forma clara e objetiva, que concordo integralmente com suas palavras, Deputado. Eu acho que o Executivo também tem que fazer parte desse conjunto de sacrifícios, inclusive, é uma opinião que tenho coragem de externá-la. Deveria reduzir salário de secretário, secretários adjuntos, de diretores de empresas e, realmente, analisar essa diminuição da máquina para que, realmente, se encontre conjuntamente melhores resultados para a nossa economia. Vossa posição é louvável com a qual comungo plenamente. Acho que o estado tem que dar o bom exemplo, fazendo algum sacrifício.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Eu também louvo o pronunciamento de Vossa Excelência. Considero mais do que importante, é essencial que nós possamos, neste momento em que vem a peça orçamentária para esta Casa. Esta Casa Legislativa é quem decide, de fato e de direito, como será rateado o bolo orçamentário diante desta situação colocada por Vossa Excelência. Nós teremos que ter responsabilidade, inteligência necessária para que possamos aqui aprovar um orçamento exequível que possa trazer justiça para o povo do nosso estado. Eu concordo com o Deputado Joaquim Ruiz quando diz que precisamos rever algumas coisas na estrutura do estado. Concordo plenamente. Não existe governo algum que tenha 100% de acertos.

Quanto à questão da CODESAIMA, da CERR, que é emblemática ao longo dos anos, Secretarias Extraordinárias, cargos comissionados em demasia. São problemas que vêm se arrastando ao longo dos anos, de governo em governo, mas precisamos ter coragem para o enfrentamento. Acredito que todos os governantes que passaram por este estado, para não fazerem esses ajustes da máquina de forma abrupta, pensaram no desenvolvimento do estado, numa economia forte a partir de um setor produtivo saudável, a partir de um turismo desenvolvido capaz de aglutinar esses empregos. E o setor público, para fazer esse grande ajuste da máquina, tem que retirar, mas não teve ainda a coragem de deixar essa dezenas, centena, acredito, até milhares de pessoas desempregadas, porque não tem um setor, a iniciativa privada não consegue absorvê-los.

Aí, os governantes vão passando, esperando essa oportunidade, que não chegará se nós não tivermos a coragem, agora, de deixar nessa peça orçamentária, recursos para investimento. Recurso só para custeio, nós vamos ficar sempre como estamos e aí quando os recursos que vêm da união diminuem, e o estado não tem PIB, não tem produto interno bruto, não produz riquezas, essa conta não fecha. Nós estamos consumindo mais do que recebemos, Portanto, eu acredito que nós temos que fazer alguns ajustes na máquina a partir do Poder Executivo, mas precisamos do Poder Legislativo para isso e também da parceria desses mesmos ajustes, inclusive na aprovação dessa peça orçamentária, da parceria do demais Poderes, do Ministério Público de Contas, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Justiça, que representa o Poder Judiciário, enfim, dos poderes constituídos que recebem os repasses duodecimais.

É muito importante, é essencial esse grande diálogo. Veja, Vossa Excelência, disse aqui que 40% desse recurso vão para os Poderes, ficam 60% para o estado cuidar da educação com revitalização de escolas, compras de merenda escolar, pagamento de professores, pagamento dessas melhorias salariais que foram dadas com os PCCRs aprovados nesta Casa, e outros mais benefícios que advêm do tempos de serviço, como progressões. Enfim, para cuidar da saúde, dos hospitais, das pessoas, para comprar medicamentos, cuidar da segurança pública e pagar as dívidas públicas. O governo passado deixou aí empréstimos milionários para que este governo pudesse pagar, e todos os meses esse pagamento sai desses recursos. E é com esses 60% que o governo tem que pagar os empréstimos milionários e a dívida pública que vem se arrastando ao longo dos tempos, além da folha de pagamento do Executivo que é altíssima, e Vossa Excelência sabe. Aí vêm os pedidos, as necessidades de recuperação de vicinais, de melhoramento de pontes, enfim, todas essas atribuições é do Poder Executivo que fica com 60% desse bolo orçamentário, e 40% para os demais poderes que, aqui, digase de passagem, sentam e ficam esperando o Governo arrecadar, que o governo arrecade e mande, se não mandar bloqueia as contas. Está aqui: o Governo diz que não terá como pagar servidor e o crédito do povo. Isso foi a Governadora Suely, foi o governo do estado que colocou e está na página do jornal: Não tenho como pagar o Crédito do Povo e os servidores. Vossa Excelência acha, ou qualquer Deputado que aqui está, imprensa, ou qualquer cidadão roraimense, que o Governo do Estado gostaria de ver uma manchete dessas ou diria que não iria pagar se não tivesse o dinheiro? Se tivesse, o dinheiro estaria na conta. Nada orgulha mais um governo do que pagar um Crédito Social, um crédito do povo. É alimento na mesa daquele que tem o mínimo existencial, é aquele que passa necessidade, às vezes nem tem esse mínimo existencial, e é com esse recurso que ele vai comprar. Pagar o salário do servidor que depois de trinta dias de trabalho, ele tem que receber isso, porque é alimento, ele tem que receber. É por isso que, muitas vezes, o Governo é o principal culpado por tudo. Se embute nessa conta a falta de vontade do Governo ou da Governadora Suely. Não existe falta de vontade, existe muito trabalho, existe seriedade. Agora, o bolo orçamentário não está dando conta de repassar o duodécimo dos poderes, pagar Crédito Social e salário do povo. Isso é uma verdade absoluta e nós sabemos disso, fizemos as contas aqui no ano passado e foi uma luta aqui, uma guerra nesta Casa quando foi para aprovar essa peça orçamentária. Foi uma guerra sem fim, um desgaste tremendo que todos nós, deputados, aqui, sentimos na pele, mas nós sabíamos que iríamos chegar nesse ponto. Até quem não têm muita familiaridade com cálculo, dizia: em agosto, a governadora não conseguirá mais pagar as contas, não pagará mais os salários e faltará dinheiro para o duodécimo. Na época a gente nem contava com essa crise em nível nacional que hoje assola o país. Se nós não formos imediatamente socorridos pelo Governo Federal, nós não vamos ter a condição de honrar com compromissos deste mês em diante. Mas aqui eu conclamo os nobres Deputados, o Governo do Estado, os Poderes constituídos para um grande debate, deputado Jalser, vamos fazer algo para atenuar o sofrimento do nosso povo para que nós possamos, juntos, calcular algo que possa fechar essa conta. Vamos ver o quanto o Governo pode mandar, pode pagar. No momento dessa grande discussão, deputado George Melo, vamos também apresentar sugestões como desalugar o prédio do IPER que Vossa Excelência citou agora, tá bom, é uma das sugestões. Tem mais alguns? Tem, lá em Brasília, vamos desalugar. Vamos apresentar essas sugestões. Vamos trabalhar juntos para enxugar a máquina do Poder Executivo, enxugar o Legislativo, o Poder Judiciário, mas tem que

ser um grande pacto, um acordo, pois o governo não pode enxugar o Poder Judiciário, quem pode enxugá-lo é o Presidente do Tribunal de Justiça. Quem pode enxugar esta Casa Legislativa é o Presidente Jalser e toda Mesa Diretora, em concordância com os demais deputados. Quem pode enxugar o Ministério Público de Contas, também, é o Senhor Paulo Sérgio que preside aquela instituição, enfim, é um grande pacto. Portanto, quando o orçamento voltar a engordar, sei que estas Casas precisam de muito orçamento, sobretudo o Poder Judiciário que atende milhares e milhares de pessoas, está com a Justiça Itinerante, até louvo, precisa disso e até mais, mas isso quando tem o recurso, pois quando não tem, temos que primar pelo que é prioridade, que é o alimento na mesa das pessoas, que é o Crédito Social e o salário em dias dos servidores que trabalham. Também, entendo que esta Casa precisa de recurso, pois tem 24 Deputados, um corpo de servidores, faz o seu papel legislativo. Entendo que este Poder, como Poder constituído, é o mais bonito e que melhor representa o povo, porque estamos aqui todos os dias, estamos nas vicinais, nos municípios e precisamos dar um retorno do nosso mandato, do nosso compromisso com o povo roraimense. Mas, não é o momento de nós nos alvorarmos em cima do bolo orçamentário. É o momento, deputado Masamy Eda, de termos a consciência, sentarmos, discutirmos, debatermos, profundamente, buscarmos assessoria e aprovarmos um orçamento exequível, enxuto, que possamos cumprir com todos, sobretudo, pensando no desenvolvimento deste Estado, deixando recurso para investimento e podendo, também, deixar, é claro, o custeio da máquina e, de forma sagrada, o recurso para pagar os funcionários, os servidores, porque quanto ao alimento sagrado, o pão de cara dia, nós não podemos nos furtar. O dinheiro não é do governo, é do funcionário, resultado do seu trabalho, portanto pertence a ele. Louvo o pronunciamento de Vossa Excelência, concordo com o Deputado Joaquim Ruiz, acredito que todos os deputados desta Casa têm esse pensamento alinhado. A hora do debate é agora, a peça orçamentária está chegando nesta Casa, precisamos, juntos, encontrar uma forma consensual para trabalhar para, no futuro breve, melhorar a qualidade de vida do povo do nosso estado. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado, Deputado Brito Bezerra. Ontem, fui com o Procurador-Geral do Estado, doutor Vinícios, para confirmar uma questão que havia me dito, deputado George Melo. O hoje Governador Pedro Táxi, todos sabem que ele é professor de direito constitucional, Procurador da República afastado, que, na reunião com o Ministro Meireles com os governadores do norte, nordeste e centro-oeste chegou a dizer, Deputado Jalser Renier, Presidente, que todos aqui, Ministros, são criminosos, aí o Meireles reagiu como criminosos. Se você é um professor de direito constitucional e está se julgando criminoso. Ele respondeu. Porque todos nós que estamos aqui representando nossos Estados, estamos com débitos indevidos. E ele citou o exemplo de Mato Grosso, que está com dois meses do duodécimo atrasado, paga parceladamente. O Mato Grosso, um estado riquíssimo, maior produtor de grão da nação brasileira. Você imagina como a crise abate também os grandes. Você vê na imprensa, toda hora, como está a segunda economia da nação, que é o Rio de Janeiro. Então, o momento é difícil, muito mais do que se possa imaginar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Deputado Flamarion, obrigado por me conceder o aparte. Ouvi atentamente o que foi dito aqui, por Vossa Excelência com experiência de ter sido governador, conhecer a dificuldade de gerir um estado, acima de tudo, sabe da responsabilidade ao prometer algo em campanha, mesmo sabendo da limitação do estado, às vezes, até quem está no mandato é penalizado porque não consegue atender ao prometer certas coisas, porque sabe que não vai conseguir cumprir. Eu defendo uma lei que crie o estelionato eleitoral para acabar com essa enganação com a população, dizendo que vai dobrar crédito social, que vai dobrar salários de servidores, que vai fazer e acontecer com um recurso que não existe. Então, ser gestor é muito difícil, mas a política tem que ser feita com seriedade. O duodécimo é sagrado, não é porque somos Deputados, não, é porque a Constituição Federal de 88 determinou esse repasse, a fim de evitar desmando do Executivo diante dos Poderes. Nós somos independentes. O Judiciário, para poder dar conta dos processos que aumentam a cada dia, necessita de recursos financeiros para investir na criação de varas, e não é dinheiro indevido. O Legislativo, para fazer o seu papel, precisa do

recurso financeiro. Então, não estamos aqui discutindo se é falido ou não, se tem ou não haver o duodécimo, ele é obrigatório pela constituição. É necessário fazer um ajuste em momento de crise todos os poderes têm que se ajustar, como esta Casa fez ao abrir mão. O Presidente solicitou a todos os Deputados, que abriram mão de suas emendas, a fim de direcionar os recursos para o Poder Executivo. Nós fizemos a nossa parte, agora o Executivo tem que fazer a parte dele. Desde do início, Deputado, eu venho avisando que iria acontecer isso. Reduziram pela metade o crédito social, mas, em contrapartida, criaram secretarias extraordinárias, que já foi dito pelo Deputado Joaquim, que poderiam ter enxugado a máquina pública. Em Brasília, investiguei, o aluguel milionário que, inclusive, o Tribunal de Contas analisou a conta no valor de 35 mil reais por mês, que representam 420 mil por ano, uma casa que é representação do Estado pobre de Roraima. Algo contraditório existe. Se o Executivo percebeu que tem que reduzir despesas e pede apoio dos outros poderes para assim fazerem, que ele corte primeiro na própria carne. Que ele comece a diminuir o número de secretarias inúteis. Comece a demitir apadrinhados políticos. Há quanto tempo venho denunciando o Senhor João Pizollati, que representa 500 mil reais para o Estado de Roraima? Tenho documento que o governo do estado oficiou devolvendo recursos de 500 mil reais aos cofres públicos do estado de origem dele. Então, Deputado, a gente tem que ajustar, mas se o Executivo não demonstra nenhum interesse em ajustar, só fica jogando a culpa na Constituição Federal. Duodécimo é constitucional. A gente não vai sair do lugar, é preciso haver sensibilidade política deste governo para readequar, sentar com os Poderes para sugerir, discutir: olha vou cortar isso, mas preciso de uma redução de vocês na mesma proporção. Vamos fazer a mesma proporção. Não dá é o Judiciário abrir mão do duodécimo, também o Ministério Público, a Assembleia, enquanto o governo continuar um fanfarrão, gastando, gastando, sem a devida adequação. Obrigado pelo aparte, desculpe se me prolonguei.

O Senhor Deputado **Flamarion Portella** continua - Obrigado Deputado. Eu também defendo o cumprimento do duodécimo, acho que o mandamento constitucional não deve ser desrespeitado. Eu entendo isso também, e sempre defenderei, defenda lá e defenda cá. Nas oportunidades que tive de ser consultado, colocavam: olha nós temos que pagar servidor ou o duodécimo, o que a gente faz? Eu dizia: manda o duodécimo, é a minha convicção. Eu só illustrei com o caso do Pedro Táxi, é que ele, como ninguém, tem obrigação e vontade de cumprir esse mandamento constitucional. Realmente a situação que quis mostrar é drástica. Vossa Excelência tem total razão, cada um tem que fazer o seu sacrifício, para essa somatória de sacrifício chegar a resultado que espero que seja melhor para nosso Estado. Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Convido o Senhor Deputado Chagas, para ocupar a presidência da Mesa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Jalser Renier.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Bom dia a todos. Eu não estava inscrito para falar, mas tomei a liberdade de usar o princípio do Regimento da Assembleia que me faculta a condição de fazê-lo, porque eu internalizei para mim, e imagino, que cada parlamentar, ou cada cidadão e cidadã, servidor desta Casa, seja comissionado ou concursado, poderia fazê-lo neste momento. Eu atentamente acompanhei o discurso do Deputado Flamarion e sempre via o Deputado Flamarion eloquente nesta Tribuna, Deputado aguerrido, extremamente preocupado com as questões do estado, e eu, meio me pasmei quando percebi a sua sensibilidade diante das questões políticas que envolvem o Estado. Eu me lembrei de um passado recente, quando na época o governador Anchieta abria mão do governo, e o Deputado Chico Rodrigues assumia, quando em um dos discursos de Vossa Excelência, e aqui, falo com respeito da divergência, Vossa Excelência colocava que era o campeão de arrecadação em um estado rico. Eu mandei retirar o discurso de Vossa Excelência, e vou ler no momento oportuno, não agora. Isso aconteceu quando Vossa Excelência estava do outro lado de uma posição. Oposição e situação precisam ser respeitadas por ambas populações, porque todo povo brasileiro vota naquele candidato que acha melhor, vota no candidato que tem o seu perfil. Então, nós não podemos aqui, na qualidade de oposição, nem criticar o trabalho da situação tampouco criticar o comportamento da oposição, porque cada um tem seu direito, cada um aqui tem seus eleitores e tem sua representatividade. Ocorre que a

governadora atual, quando assumiu o governo do estado, o que ela deveria fazer? Deputado Flamarion, Vossa Excelência foi Governador do Estado e sabe muito bem o que é gestão. A Governadora quando se apresentou à opinião pública do estado, dando conta de que os problemas que existiam em administrações passadas, ela assumiria a responsabilidade, encararia os desafios do futuro e apresentaria soluções. Ela estava automaticamente se credenciando a dizer: “o estado não tem jeito, mas eu tenho a solução”. E aí a governadora acabou sendo eleita esmagadoramente, como o senhor foi, não esmagadoramente, mas o senhor abriu dez mil votos naquela época, em cima do maior líder político do Estado de Roraima, eu estava no vosso palanque. Aí a Governadora assume o Governo do Estado, e o que ela faz? O que um bom gestor faz ao assumir o comando de qualquer instituição? Uma auditoria! A senhora governadora teria, por dever de ofício, fazer uma auditoria no Estado de Roraima para dizer assim: “olha, povo de Roraima, tudo que eu prometi em campanha vou ter dificuldade em construir uma solução porque infelizmente o estado que me está sendo dado, está passando por esta situação, com dívidas de investimentos, dívidas no setor elétrico, dívidas nas estatais, dívidas nas fundações, e isso vai me inviabilizar politicamente”. Ela teria, por dever de ofício, fazer isso, Deputado Flamarion. A sua Governadora teria que fazer isso! A Governadora em que o senhor votou! Mas sabe o que ela fez, Deputado Flamarion? O seu primeiro ato, Vossa Excelência ainda há pouco falou sobre história, citou que o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima é o quinto tribunal de justiça mais caro do Brasil, e Vossa Excelência também fez menção ao seu poder, ocorre que o primeiro ato singular da senhora governadora foi entrar para a história do Brasil, como a primeira governadora a nomear vinte e oito parentes. Não vou falar dos aderentes e agregados, vou me ater apenas aos parentes, só essa folha custa para o Estado de Roraima trezentos e quarenta mil reais, aí é muito fácil a preocupação do líder do governo... E, aqui, Deputado Brito, o senhor é um Deputado extremamente cauteloso nas suas colocações, e eu até o elogio. Mas, recebi uma mensagem, deputado Flamarion, se Vossa Excelência quiser eu mostro depois, só vou conservar a fonte. Recebi uma mensagem de um grupo sobre o filho da governadora, o senhor Eduardo Campos, dizendo o seguinte: “A Governadora não está pagando o Crédito do Povo porque a Assembleia Legislativa confiscou o dinheiro do Crédito do Povo.” Isso é uma irresponsabilidade, seja da senhora governadora que não falou, seja de um ente da própria família que falou que não conhece absolutamente nada de gestão. Para se ter uma ideia, Deputado Flamarion, no mês passado eu entrei com uma ação, a nona em um ano e oito meses de gestão da senhora governadora, pedindo que o duodécimo da Assembleia fosse ressarcido para que a gente pudesse fazer o pagamento dos servidores da Assembleia. Os servidores da Assembleia são tão importante como qualquer servidor de qualquer instituição pública. Por que desprezar os servidores do Poder Legislativo? Por que desprezar homens e mulheres que estão aqui todos os dias trabalhando para sustentar suas famílias. O que difere um Poder do outro? O que faz o estado achar que é melhor do que o Poder Legislativo, Executivo ou o Ministério Público? Pois, recentemente, a senhora Governadora enviou uma recomendação ao Poder Legislativo, ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Justiça do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério de Contas. Deputado Flamarion, o senhor tem conhecimento do teor dessa recomendação? Pois é, o teor do documento é para os Poderes conterem suas despesas. Se Vossa Excelência quiser a cópia eu lhe concedo. Por que o mesmo conteúdo que ela fala para os poderes ela não aplica na sua gestão? Ou seja, ela não dá o exemplo, ela tem uma folha de pagamento de oitenta milhões de reais, eu lhe pergunto aqui, o que faz a Secretaria de Articulação Municipal? Essa Secretaria de Articulação Municipal, se Vossa Excelência quiser o meu discurso eu lhe digo, na época em que o Anchieta era governador, eu já era contra ela! Eu não estou aqui falando na condição de oposição, não estou aqui desrespeitando sua situação, estou falando na condição de deputado isento dessas questões políticas, mas enfrentando divergência como um cidadão. Entendo que quando a pessoa quer dar exemplo, tem que começar na sua própria casa, e ela não está dando exemplo eu até nem culpo a senhora governadora, porque entendo a sua capacidade de enxergar o futuro, mas a sua equipe técnica. Cada um de nós tem dificuldade de entender certas coisas. Eu estou aqui na assembleia há vinte e dois anos, tenho a humildade para discutir com a minha equipe técnica coisas que eu não entendo, e preciso

ter a humildade de dizer: preciso de vocês! Preciso de um bom técnico e de um bom operador que consiga fazer o que eu não consigo fazer, porque eu não sou o dono do mundo! Eu não tenho condições de saber tudo! Mas nem para isso a senhora governadora prestou para ler o livro da humildade, colocar as sandálias da humildade e dizer o seguinte: “olha, eu não sei como é que eu faço um planejamento, mas eu preciso do melhor Secretário de Planejamento do Estado.” Ela colocou o pior! “Eu preciso do melhor Secretário da Fazenda do Estado.” Ela colocou o pior! “Eu preciso dos melhores técnicos para avançar na minha gestão”, com exceção de alguns, que também, diga-se de passagem, não podemos aqui discriminar o próprio funcionalismo de algumas pessoas, que inteligentemente a senhora governadora acertou, e aí sim, os meus aplausos. E a minha indignação para setores importantes que ela, por dever de ofício, deputado Flamarion, deveria fazer, e não fez. Ou o senhor está satisfeito com o seu Secretário de Planejamento? O senhor está satisfeito com o seu Secretário da Fazenda? Que ainda há pouco o senhor falou que foi enfrentada a divergência, e eu estava preparado para responder, mas o deputado Joaquim, que me antecipou, disse que a questão do ICMS é toda para o estado, e não compartilhada com os municípios. Eu devo dizer que o orçamento do estado, de um ano para o outro, o índice de alíquota, ou de percentual de crescimento, Deputado Flamarion, não pairou tanto! As dificuldades enfrentadas nos anos anteriores são as mesmas, o que nós temos hoje é uma simples palavra chamada gestão, é a gestão que perdeu o controle! Que perdeu o rumo da gerência oficial do estado. O estado, sim, entra em colapso financeiro a partir deste mês, aliás, do mês passado, como diziam os indicadores e os números que foram apresentados aqui nesta Casa desde a época da elaboração orçamentária, não é possível que nenhum deputado se lembre que eu dizia aqui nesta Casa que a folha de pagamento do governo do estado não seria paga, que o governo do estado quando assumiu a responsabilidade de resolver a questão dos servidores da secretaria de educação que aqui estavam, eu dizia para eles, aprovado o projeto dos educadores estaduais, mas o governo não terá condição de cumprir, vocês estarão recebendo um cavalo de troia. A parte dos professores aqui fazia greve, veio depois dizendo para mim que era verdade, porque a greve depois foi considerada inconstitucional. Deputado Flamarion, o estado hoje está em colapso financeiro exclusivamente por uma palavra chamada gestão, aí eu fico pensando aqui, tudo bem, eu acho que cada Poder tem que dar a sua contribuição. A Assembleia poderia dar a contribuição dela. Eu fico pensando: Nós vamos dar a contribuição para o Governo, vamos contingenciar a Assembleia. Vamos pegar parte dos recursos da Assembleia e enviar para o Governo para a Governadora pagar as empresas dos aderentes e parentes dela. Em janeiro, o Estado recebeu duzentos milhões de reais, Deputado Flamarion, de Fundo de Participação Estadual. E a bíblia diz que em momento de crise devemos nos conter, precisamos entender que nos momentos de alegrias existirão os momentos de agonia. Ela deveria ter recebido aquele recurso e não ter pago cinquenta milhões de reais para empresas, mas guardado para um momento de crise.

Deputado Flamarion, eu peguei uma Assembleia com trinta e cinco milhões de dívidas, mas nunca fui para a imprensa ou nenhum segmento dizer que encontrei a Assembleia dessa maneira. Eu não culpo o Deputado Chico Guerra que é meu amigo pessoal. Eu recebi a responsabilidade que invoquei para mim. E daqui a três meses, a folha de dezembro estará paga, a não ser que nós não tenhamos nosso duodécimo, como nós não vamos ter hoje. Hoje é dia 20 e a Assembleia não tem dinheiro para pagar seus servidores. O dinheiro que está confiscado, que a Governadora e seu filho não falam absolutamente nada, foi para pagar os duodécimos atrasados do Tribunal de Justiça, Ministério Público e de outras instituições. A Assembleia não entrou com liminar. Vou até consultar o Plenário se entro ou não com liminar, porque estou vendo que o Poder Legislativo, pela primeira vez na sua história, não tem condições de pagar a nossa folha este mês. E vamos caminhar para o próximo mês sem pagamento de folha, porque seguindo os indicadores econômicos que o Estado tem, essa arrecadação que teve hoje e a que terá no dia 30 não dará sequer para pagar a sua folha de pagamento estadual. Agora por quê? O que foi diminuído neste Estado? O que eu vejo é um estado de alegria, vamos ter agora a feira agropecuária de Roraima. Não sei se o convite já chegou para Vossa Excelência. Por que o Governo não cancela essa feita? Por que o Governo manda um projeto de Lei de dois bilhões e oitocentos

mil reais por excesso de arrecadação e superávit primário, para comunicação, para o Estado continuar divulgando sua comunicação na televisão? Quando a gente tem dinheiro para pagar comunicação é porque as coisas estão bem. Por que o Estado não resolve fazer uma política de contingenciamento real? O que faz a CODESAIMA para o Estado? Com exceção daqueles pobres homens do MAFIR, para quem a Governadora ainda em campanha disse que a vida deles iria mudar e, realmente, mudou para pior.

Eu até entendo o discurso ameno de Vossa Excelência e não tão empolgante como no passado, porque Vossa Excelência está vendo com seus próprios olhos a situação da gestão. Naquele passado se dizia que a dificuldade era abundante, mas não o era tão abundante. Era o momento em que o Secretário Leocádio, um dos homens mais preparados deste Estado já se dizia que o Estado entraria em colapso. O professor Eurico Amoras, Secretário de Planejamento, ignorado pelo Governo, dizia que o Estado entraria em colapso. Mas, falava também num superávit financeiro que o Estado teria no início do mandato da Senhora Governadora. E o superávit apareceu segundo os indicadores apresentado pelo Doutor Aroldo. Eu fico triste quando Governo usa o Poder Legislativo, porque ela não tem coragem de usar o Poder Judiciário, o Ministério Público, ela usa o Poder Legislativo, como alvo de todos os castigos que possam acontecer no Estado. E você acha que o Poder Legislativo tem culpa? Nós temos 14 Deputados na oposição, Deputado Flamarion. A culpa não é da oposição, que tem sido responsável. Aprovamos, recentemente, cinquenta e quatro milhões de reais por excesso de arrecadação e ainda tem mais vinte e dois milhões. E aí o Senhor ou alguém do Governo tem que me explicar como um Estado que diz estar pobre, apresenta vinte e dois milhões por excesso de arrecadação? Porque a minha equipe técnica não consegue me explicar. Você sabe que a Emilcy é uma excelente profissional, mas ela não consegue me explicar. Talvez o Senhor possa entender o que a minha visão não enxerga. Mas, é muito simples chegar aqui e dizer: “chegamos no fundo do poço, ou os Poderes começam a se alinhar ou vamos entrar em colapso”. Ora, quer dizer, então ela entra, assume, coloca os parentes, aderentes, os agregados, e faz a pior gestão do Estado de Roraima... Vossa Excelência falou de ranking e sabe que o IBOPE fez uma pesquisa recente aqui em Roraima e apontou a Senhora Governadora, como a mais impopular do Brasil. O pior Governo da história do Brasil está em Roraima, com 75% de rejeição. Não sou eu que estou falando, está, não sei se na Revista Época, na Folha de São Paulo, Vossa Excelência que é bem informado deve saber, ela está ganhando os páreos como a pior. E aí eu pergunto para onde nós vamos? Vossa Excelências precisam defender o povo de Roraima. Você precisa defender a sua própria carne, o seu próprio sangue. Nós temos aqui homens e mulheres que vão ficar sem salários, que são tão importantes como os servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas. Não interessa se é concursado ou comissionado, todos têm a sua importância. Essa é a minha indignação. A Governadora apresentou uma DPF que é uma medida cautelar de arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 420 que estava nas mãos da Ministra Carmem Lúcia e agora caiu nas mãos do Ministro Lewandowski. Ela fala em um dos pontos: ela afirma que o conjunto de decisões judiciais que já expropriaram mais de quarenta milhões de reais das contas administrativas pelo Poder Executivo e que fulminam sua própria exigência com o poder independente da República. Ela fala também que reconheceu o dever de repasse mensal dos valores consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário, na forma do artigo 68 da Constituição da República, mas justifica o descumprimento por razões alheias à sua vontade. Está aqui na peça dela. Alheia à sua vontade. O que é alheia à sua vontade? O que ela quer dizer aqui nessa peça? Alheia à sua vontade, subentende-se o que? O senhor entende sobre alheia à sua vontade? Alheia às minhas condições. Alheia ao fato de eu ter virado as costas para a população, ignorado as escolas públicas, ser a campeã da merenda mais cara do Brasil. Ser a campeã da ausência de remédios na saúde. E olha que o anexo vai já ficar pronto com o dinheiro do Governo Federal. E a governadora não contingenciou nada. Nós vamos discutir uma peça orçamentária fictícia, Deputado Flamarion, o senhor sabe disso. Nós vamos discutir uma peça orçamentária fictícia elaborada pela incompetência da gestão do secretário atual de planejamento, ou vossa excelência considera esse homem competente. Gostaria de ouvir de vossa excelência seu conceito sobre seu secretário de planejamento. Gostaria que vossa excelência ligasse seu microfone

e me desse seu conceito. Eu quero ouvir, pois, vossa excelência é um homem experiente. Queria que o senhor me dissesse a nota que o senhor dá ao secretário de planejamento. Diga para mim, Deputado Flamarion, como o homem inteligente que o senhor é. Por favor. Aperte o botão e me fale. O seu silêncio é o melhor para mim. Porque o senhor concorda com o que estou dizendo. Agora me diga também qual é seu conceito sobre o secretário de finanças públicas do estado. Aperte o botão e me diga. Estou ouvindo. Quero que o senhor me diga que ele é extremamente competente. Aperte o botão. O Senhor já respondeu para mim. Mas entendo, Deputado Flamarion. Não estou aqui enfrentando o Senhor, trata-se apenas de divergência de opiniões e respeitando sua posição, porque entendo que o senhor é um homem público histórico para o estado de Roraima. Quero apresentar meu respeito a Vossa Excelência, mas, quero dizer da minha indignação, como agente político, com a postura da governadora. A senhora governadora se fosse advogada, seria, sem dúvida nenhuma, uma das mais fortes do País, porque só ela conseguiu livrar mais de 50 presos de uma cadeia pública em um só dia. Seria a campeã em HCs. Então, eu quero dizer que isso é demagogia. É demagogia dizer que o Estado de Roraima está passando por necessidades e quer que os poderes assumam a culpa? Quer girar a metralhadora para o Poder Legislativo? Daqui a pouco o Poder Legislativo é culpado de tudo. O senhor sabia que recentemente aprovamos um crédito suplementar quando o senhor era secretário de infraestrutura, e esse crédito suplementar era para abrigar emendas parlamentares dos deputados da situação, porque os deputados da oposição abriram mão das suas emendas. Mas, não vamos discutir quem é o deputado ou a deputada, ninguém vai discutir isso, sei que nós aprovamos. Um dia desses tinha uma equipe técnica da secretaria de infraestrutura lá no Paredão. Tenho o vídeo, se Vossa Excelência quiser, depois lhe mostro. Nesse vídeo os membros da secretaria de infraestrutura diziam que não estavam consentando as vicinais por culpa da Assembleia Legislativa que não liberou os recursos. Olha só, Deputado Flamarion, a cabeça diabólica de um cidadão que coloca na mente humana uma ideia para que a metralhadora seja girada exclusivamente para o Poder Legislativo como se fosse o causador de tudo, sendo que nós estamos protegendo o erário, tanto é que não demos os 20% históricos para a governadora trabalhar. Se ela tivesse os 20% do percentual que limita os seus gastos, ela já estaria em colapso total, ela veria ouro onde, na verdade, só tem Michelin. Por isso, quero concluir minha fala apresentando a minha divergência para todos aqueles que ocuparem esta tribuna em defesa do governo e contra o povo do Estado. O exemplo tem que vir de sua própria casa. Você é quem tem que dar o exemplo. O exemplo da tua casa envergonha o vizinho. Se ela está dando o exemplo preciso também dar o meu. Olha, você pedir a 14 deputados para abrirem mão de 29 milhões de reais em emendas, que foi do quanto os deputados da oposição abriram mão para devolver ao estado. Isso foi o que aconteceu. Foi devolvido. Os deputados Masamy George, Joaquim, Chico Guerra, Jorge Everton, Chico Mozart, Coronel Chagas e muitos outros abriram mão de suas emendas. Então, quero encerrar dizendo que é necessário fazermos uma reflexão, mas, uma reflexão sobre atos do governo. E, nós não teremos salários este mês. O poder Legislativo não terá como cumprir sua folha de pagamento e não temos sequer perspectiva de receber. Vai depender da obrigação de entrarmos na justiça, isto vou colocar para o Plenário decidir. Não vou mais individualmente chancelar pedidos de liminar, até porque existe uma ADPF tramitando no Supremo Tribunal Federal onde a governadora menciona processos da justiça, trabalhistas, onde ela faz milhões de apelos, que o juiz deverá julgar. Entre eles, ela pede a suspensão dos repasses duodecimais aos Poderes, a suspensão dos efeitos de decisões judiciais implica também em arresto, sequestro, bloqueio, penhora e liberação dos valores das contas administrativas do estado. Essa suspensão aqui é para ela não deixar que o Tribunal de Justiça decida sobre o bloqueio das contas estaduais. É essa a ADPF que tramita no Supremo Tribunal Federal. Ontem, estive com o Presidente do Tribunal de Justiça, em gabinete, segundo ele, existe um veto aqui e que se ele não for derrubado, o Judiciário roraimense está trancado e o Legislativo automaticamente será a próxima porta. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores e imprensa aqui presente, bom dia. Vou começar minha fala hoje, Deputado Flamarion, lembrando que há alguns meses já havia advertido os deputados para a falta de atenção que o Governo está dando

à nossa alta do ICMS. Por que falo isso? Porque sabemos que o estado arrecadava entre 50, 55 a 60 milhões de ICMS e agora arrecada mais, pois temos cerca de um milhão e meio de pessoas da Venezuela comprando em Roraima, e já existem estudos dizendo que esse número chegará a dez milhões. Se for feito um trabalho extremamente cauteloso, respeitoso, certamente, o estado de Roraima poderá ter uma alta ou até dobrar esse valor do ICMS e chegar a 100 milhões. Mas, o que a gente vê é que este governo não tem interesse, porque ele tem braços dados com alguns empresários desse setor, e até hoje nada foi feito. A gente só ouve este governo falar de crise, mas nós já aprovamos 54 milhões e trezentos mil de excesso de arrecadação e tem mais 22 projetos para aprovação, que juntos somam quase 70 milhões. Ouvi há muitos anos, o Deputado Flamarion dizendo que o Poder Legislativo é o príncipe dos poderes. Eu ouvi isso na sua posse e gostei de ter ouvido. Deputado Flamarion, essa repactuação do jeito que a governadora quer, provavelmente, o Poder Legislativo vai ser o plebeu dos poderes. Ora, se o Governo tem 3 bilhões e 200 milhões para gastar, Presidente Jalser, o somatório de todos os poderes juntos será de 550 milhões. Todos os poderes juntos têm três bilhões para gastar. E esses 550 não são deles; esse dinheiro é nosso. Eles são meros repassadores que se apropriam do nosso dinheiro. Isso é o que tem que ser discutido aqui, Deputado Brito. Eu ouvi no passado a oposição dizer que o problema é a gestão. E eu afirmo, este governo de família, quando chega o dia 10, que é a maior receita do estado, eles levam tudo, o estado fica sem dinheiro para pagar os seus servidores. Eu recebi informações do IBGE que no setor de serviços do Brasil, nos meses de junho e julho, foi dada uma alta no Brasil de 0,7%. Pasmem, os Senhores, que o Estado de Roraima teve 5,3, enquanto que os nossos vizinhos aqui, Amapá que teve menos 15,7, o Acre teve menos 2,7; o Pará 3,2, o Amazonas menos 14,8 e o Estado de Roraima teve 5,3. E a gente, sistematicamente, houve pessoas do Governo dizer que o problema do estado é a Assembleia. No ano passado, era o Governo Anchieta; agora é a Assembleia. Eles são craques, expertos em mirar alguém para ser o seu responsável por todas as mazelas. Infelizmente, foi eleita, de algum tempo para cá, aqui no Estado de Roraima, a Assembleia Legislativa. Então, eu entendo que esta Casa deve tomar o seu caminho. Ela não pode se curvar diante dessas colocações pequenas. Eu entendo que nós não vamos salvar o estado, acabando com o estado. O duodécimo desta Assembleia não é o responsável por todas as mazelas do estado, sabemos que não é. O grande problema do estado, já foi dito aqui, é gestão, é família. São pessoas ligadas que tomam conta do estado. E eles querem só para eles. Graças a Deus que foram dados 10%, como já foi dito aqui. Nós não podemos concordar com esse tipo de colocação. Eu acho que todas as vezes em que for colocado de maneira branda, esta Casa tem que se posicionar com relação à sobrevivência deste poder. Eu entendo que esse é o caminho. Amanhã nós podemos dar a nossa cota de contribuição a este estado. Eu tenho certeza que não é o aluguel do IPERR que está quebrando este estado. Se a Governadora fizer um exame de consciência ela vai saber quais problemas estão causando a derrubada da sua gestão.

Então, eu queria deixar o registro dessas informações que eu levantei para trazer para os Senhores. Muito obrigado e um bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos os colegas Deputados e Deputadas que estão nos acompanhando no plenário da Assembleia Legislativa e também aquele que nos acompanham pela TV Assembleia. Eu ocupo esta tribuna em razão desta data, 20 de setembro. Hoje faz 180 anos do início da Guerra dos Farrapos. Para quem entende um pouco sobre a história brasileira, a Guerra dos Farrapos foi um levante realizado pelos gaúchos que começou no dia 20 de setembro de 1885 em razão dos altos impostos cobrados pela coroa na venda dos produtos produzidos pelo povo gaúcho. O imposto era muito caro, Deputado Zé Galeto, Vossa Excelência que era comerciante, e isso inviabilizava a economia do Rio Grande do Sul e os produtores gaúchos. Eles, liderados por Bento Gonçalves, iniciaram o maior levante que já teve contra a coroa naquele século. Foram 10 anos de guerra para fazer com que o Governo central do nosso país reduzisse os impostos que eram cobrados dos pequenos produtores. E essa guerra culminou depois de 10 anos de entendimento, quando a coroa imperial reduziu os impostos e tornou mais justa a carga tributária naquele século. Muitos brasileiros morreram nessa guerra.

Não era uma guerra só do Rio Grande do Sul, dos

estados sulistas, mas de todo o país porque ela inspirou também, Deputado Joaquim Ruiz, muitas outras manifestações, relevantes em nosso país que possibilitaram tornar a vida mais justa nos idos do século XIX. Portanto, o povo gaúcho comemora anualmente, no dia 20 de setembro, essa data que foi importante para o nosso país, realizando a festa chamada Semana Farroupilha. Em todos os estados brasileiros existe um Centro de Tradições Gaúchas, existem Centros de Tradições Gaúchas em diversos países do mundo, e em outras regiões do nosso País que visam lembrar essa data importante que comemora a Guerra dos Farrapos. E eu faço isso, neste momento, primeiro porque sou gaúcho, nascido na cidade de Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, mas roraimense de coração já há 27 anos, principalmente porque aqui há uma colônia gaúcha, que contribui para o **crescimento da economia roraimense nas mais diversas áreas de produção, seja na produção de grãos, como milho, soja, arroz; na produção pecuária, suína; na indústria moveleira, ceramista, no comércio, na indústria madeireira. A colônia gaúcha movimentou a economia Roraimense gerando emprego e renda.** Dia 20 de setembro, considerado o dia do gaúcho, justamente por ser nesse dia que se iniciou a guerra dos farrapos, há 180 anos, é que eu presto essa homenagem a todos aqueles que vieram lá do Rio Grande do Sul e escolheram Roraima para viver e para construir suas famílias, para criar seus filhos. Enfim para se irmanarem com todos os outros brasileiros que vieram dos outros Estados do país. É a nossa homenagem a todos os gaúchos, parabéns.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**-Deputado Chagas, assim como um dia os Europeus, principalmente, no processo migratório, no final do XVIII para o século XX, os italianos, os alemães, partiram da Europa naquela primeira crise, antes da primeira guerra, vieram de navio, muitos morreram no navio América, um dos que trouxeram os imigrantes para construir o Rio Grande, um dia também na história do nosso território, vários gaúchos vieram, através do Projeto Rondon, deram uma imensa contribuição na saúde pública do nosso Estado, doutor Alceste, doutora Odete e outros. Um dos primeiros laboratórios de análises clínicas é de um gaúcho, não só nessas áreas, mas principalmente na área que é relacionada a vida. E assim eles desbravaram o Rio Grande. É uma história belíssima. Antes de chegarem, receberam uma promessa de terra, de apoio, mas quando eles chegaram não havia nada. Naquela época do Território, esses desbravadores acreditaram no nosso território, aqui se estabeleceram e ajudaram a construir o nosso Estado. Eu só queria dar esse enfoque ao discurso de Vossa Excelência, parabenizar os gaúchos, também os profissionais da área da saúde que deram uma contribuição imensa para estrutura da saúde pública do nosso estado. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**-Obrigado, deputado Joaquim Ruiz, pela sua contribuição. Peço que o seu aparte seja incluído ao meu pronunciamento. Vossa Excelência frisou bem a formação do Estado do Rio Grande do Sul com pessoas de todas as raças e de todas as origens, a mistura do índio, do português, do espanhol, do Alemão, do Italiano, do polonês, do russo, pessoas que vieram de diversos países conseguiram construir uma identidade brasileira, o mesmo vem acontecendo no nosso Estado desde a década de 70. O Estado de Roraima vem recebendo brasileiros de todas as vertentes, de diferentes lugares do nosso País, ajudando a construir também a identidade Roraimense, como o gaúcho, eu tenho certeza, também todos aqueles que vieram para este Estado escolheram para viver muito feliz, porque aqui constituímos nossa família, aqui crescemos e acreditamos neste estado. Para finalizar, durante a semana farroupilha que se iniciou no dia 12 de setembro e se estende até hoje, quando é o encerramento. o Centro de Tradições Gaúchas, o CTG Nova Querência, localizado no bairro Aeroporto, na avenida Eduardo Gomes, promove uma extensa programação, realizando, no período vespertino e noturno, eventos culturais gastronômicos. Houve a noite alemã, a noite Italiana, apresentando diversos pratos dessas culturas e, hoje, no encerramento terá o tradicional costelão. A costela já está no fogo para ser servida à noite. Então, fica o convite para todos que apreciam a gastronomia gaúcha para comparecerem no CTG e provarem do bom churrasco gaúcho, escutando a música que é o forte na cultura gaúcha. Muito obrigado e fica o convite para prestigiarem a Semana Farroupilha no CTG Nova Querência.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Deputado Chagas. Não há Ordem do Dia. Vamos evoluir para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, gostaria de convidar os Deputados Izaías Maia, Flamarion Portela, Soldado Sampaio e Jorge Everton para, após a Sessão, participarem da reunião especial da PEC.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais quem queira usar o Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 21 de setembro, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Melo, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATOS ADMINISTRATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

ERRATA DE RESOLUÇÃO

Retificamos a Resolução Nº 232/2016 publicada no diário da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima no dia 14 de outubro de 2016 Edição 2381.

Onde lê-se: 041/2016

Leia-se: 041/2015

Palácio Antônio Martins 17 de Outubro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº235/2016

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 010/2015.

RESOLVE

Art.1º Designar os servidores abaixo para exercer a função de fiscal e suplente do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Vigência	Objeto	CPF/CNPJ	Fiscal de Contrato
044/2016	Claro S. A.	31/05/2017	Serviços de telefonia móvel, com aparelhos em comodato.	40.432.544/0001-47	Fiscal 1: Jander Gener César Guerreiro. Fiscal 2: Selma Maria Oliveira de Lima

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de Setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 17 de Outubro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 02540/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Vanilde Pereira de Oliveira, matrícula 17298, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assistente Parlamentar AP II, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 13 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 17 de outubro de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
 Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário